

ATA DE REUNIÃO
NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL
PROAD 2179/2024

Data e horário: 27 de fev. de 2026 11:00 BRT

Local: Telepresencial



ATA DE REUNIÃO
NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PARTICIPANTES			
PORTARIA GP.TRT4 Nº 289, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Janney Camargo Bina	Desembargador Coordenador	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ana Luiza Barros de Oliveira	Magistrada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anne Schwanz Sparremberger	Magistrada	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Cristina Bastiani	Magistrada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gilberto Destro	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Laura Antunes de Souza	Magistrada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Marcelo Caon Pereira	Magistrado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Marcelo Papaléo de Souza	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Patrícia Dornelles Peressutti	Magistrada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Paulo Roberto Dornelles Junior	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Divisão de Pesquisa Patrimonial

Secretário: Elton Luiz Decker, Assistente-Chefe.

PAUTA

1. Apresentação das Atribuições do NPP e sua articulação com a Corregedoria, o JAE e a DPP
2. Relatório de Atividades da DPP em janeiro e fevereiro de 2026
3. Assuntos gerais



ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pelo Desembargador Janney Camargo Bina, coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial. Estavam presentes na reunião o Desembargador Janney Camargo Bina, os Juízes do Trabalho Ana Luiza Barros de Oliveira, Cristina Bastiani, Gilberto Destro, Laura Antunes de Souza, Marcelo Papaléo de Souza, Patrícia Dornelles Peressutti e Paulo Roberto Dornelles Junior. O Juiz do Trabalho Marcelo Caon Pereira não pode comparecer, pois tinha compromisso previamente agendado. A Juíza do Trabalho Anne Schwanz Sparremberger justificou sua ausência, por encontrar-se de férias. No início, o Desembargador Janney Camargo Bina deu boas vindas aos novos membros do NPP. No primeiro ponto de pauta, da **Apresentação das Atribuições do NPP e sua articulação com a Corregedoria, o JAE e a DPP (1)**, explicou brevemente o seu funcionamento, com reuniões bimestrais, em que os assuntos normalmente tratados envolvem a pesquisa patrimonial como instrumento para a efetividade na prestação jurisdicional. O Núcleo de Pesquisa Patrimonial é um órgão colegiado constituído de um Desembargador, que é seu coordenador, magistrados representantes das diversas regiões do estado, o Juízo Auxiliar de Execução, e a Divisão de Pesquisa Patrimonial como a sua unidade operacional. Deverá ser encaminhado aos presentes os normativos existentes sobre o Núcleo de Pesquisa Patrimonial. O servidor Elton Luiz Decker apresentou fluxograma mostrando a estrutura e operação da Pesquisa Patrimonial no TRT4, com os normativos nacionais (Resolução CSJT N° 138/2014), estadual (Portaria Conjunta GP.GCR.TRT4 n° 6.698/2023), bem como o Provimento da Corregedoria n° 295/2025, que trata da reunião de execuções. Entre as competências do NPP, encontra-se: a) a identificação de patrimônio de devedores; b) o combate à fraude à execução; c) a proposição de convênios e parcerias; d) a elaboração de estudos e relatórios; e) a cooperação com o Lab-JT. No caso dos procedimentos de Reunião de Execuções (PRE), há o Plano Especial de Pagamento Trabalhista



ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

(PEPT), o Regime Especial de Execução Forçada (REEF) e o Regime Centralizado de Execuções (RCE), este último voltado para times de futebol. São requisitos para atuação em um REEF o esgotamento de pesquisa básica na origem, se tratar de devedores contumazes ou complexos, e as execuções serem definitivas e com valores incontroversos. Ao tratar do tema das execuções reunidas, a Juíza Laura Antunes de Souza perguntou sobre a situação da empresa “ Transfortesul”, dizendo tratar-se de um processo antigo do ano de 1994. O Desembargador Janney Camargo Bina solicitou que a DPP encaminhe as informações deste devedor à Juíza Laura Antunes de Souza. No prosseguimento, passou-se ao segundo ponto da pauta, o **Relatório de Atividades da DPP em janeiro e fevereiro de 2026 (2)**. Inicialmente, explicou o Desembargador Janney Camargo Bina que este ponto de pauta é fixo nas reuniões do NPP, pois é tarefa do Núcleo o acompanhamento e prestação de contas das atividades realizadas pela sua unidade operacional. O servidor Elton Luiz Decker inicialmente passou a explicar o volume de *pesquisas solicitadas e entregues da ferramenta automatizada PEPE*, numa média de, aproximadamente, 213 solicitações por mês, mas que, no ano de 2025, atingiu patamares de 294 processos solicitados por mês. No biênio, explicou que os 457 processos em que foi demandada a pesquisa envolviam 1253 CPFs ou CNPJs a serem investigados que, por sua vez, se desdobraram em razão de vínculo direto com 3.673 pessoas naturais e jurídicas. Mostrou também um demonstrativo do quantitativo de consultas realizadas por convênio. Desde o começo de 2025, foi formado um grupo de trabalho para que estas tarefas de pesquisa da ferramenta automatizada PEPE sejam incorporadas pela SETIC, com suporte mais robusto para armazenar, gerenciar e compartilhar estas informações. Prosseguindo, disse que além da entrega das pesquisas automatizadas PEPE às unidades judiciárias na capital e interior, a DPP atua produzindo *relatórios de pesquisa patrimoniais intermediárias e avançadas* de execuções reunidas de grandes devedores trabalhistas que tramitam no JAE. Em 2026, a Divisão de Pesquisa Patrimonial está diretamente envolvida na investigação de diversas execuções reunidas, tendo concluindo 2 relatórios no bimestre, estando em fase final de produção



ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

outros 2. A DPP auxilia na complementação de investigação de vínculos de responsabilidade patrimonial ou identificação de bens das execuções reunidas em tramitação no JAE que, atualmente, possui 71 processos, muitos deles com pesquisa avançada realizada, cujo teor pode ser compartilhado no repositório de pesquisas disponível no Portal Vox e cujo inteiro teor pode ser compartilhado mediante demanda. A DPP atua no *auxílio da Corregedoria para suprir dúvidas de usuários sobre uso e problemas operacionais em convênios*, bem como realizar a pesquisa em convênios não disponíveis nas unidades judiciárias, como é o caso do GID/DETRAN e INFOSEG, apresentando o número de atendimentos realizados a este título, que passou de duas dezenas no bimestre. Em relação a cursos, a DPP está elaborando projeto de *curso voltado para a interpretação dos dados coletados nos convênios de pesquisa patrimonial* e, tão logo esteja concluído, irá encaminhá-lo à Escola Judicial, com o apoio e incentivo do Núcleo de Pesquisa Patrimonial. Além disso, a DPP participa do *Grupo de Estudos Aspectos Práticos de Pesquisa Patrimonial*, voltado para assistentes de execução, diretores de secretaria, oficiais de justiça e demais interessados na investigação patrimonial, que teve suas inscrições abertas pela Escola Judicial. O Desembargador Janney Camargo Bina e os magistrados presentes disseram que receberam a demanda em lote, apresentando todos os grupos de trabalho existentes, sendo necessário uma veiculação exclusiva para aumentar o interesse e participação no referido Grupo de Trabalho. Com a concordância dos presentes, será encaminhada correspondência eletrônica à Escola Judicial solicitando divulgação específica do Grupo de Trabalho. O servidor Elton Luiz Decker informou que os *convênios demandados pelo NPP e DPP à Corregedoria* foram encaminhados à Presidência e que deverão ser operacionalizados por meio próprio para a sua efetivação, situação que deverá ser monitorada e reportada na próxima reunião. Por fim, Elton mostrou o *aplicativo RADAR da Distribuição*, que foi lançado em dezembro de 2025, uma conquista de demanda originária do NPP, relativo ao monitoramento ativo de devedores trabalhistas Disse que irá se reunir com os desenvolvedores da aplicação para ampliar sua divulgação e também estudar a viabilidade de disparo automático de alerta quando houver aumento



ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

expressivo de ajuizamento de ações em relação a uma empresa em determinada localidade. O Desembargador Janney Camargo Bina consultou a todos sobre a existência de **outros assuntos (3)** a tratar no último ponto de pauta. O Juiz do Trabalho Marcelo Papaléo de Souza, que atualmente está na SEEX, falou da importância de tratar assuntos relativos à efetividade da execução, buscando sinergia na busca de entendimento e evitar a repetição e demora na tramitação de processos, ficando à disposição de todos e todas. A mesma disponibilidade foi referida pelo Coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, Desembargador Janney Camargo Bina. Nada mais sendo tratado, a reunião foi encerrada às 12h07min.

ENCAMINHAMENTOS			
Tarefa	Responsável	Prazo	Observações
Encaminhar os normativos do NPP e Reunião de Execuções aos integrantes do NPP	DPP	06/03/2026	
Reforçar junto à Escola Judicial o curso sobre interpretação de indicadores de pesquisa patrimonial	DPP	24/04/2026	
Monitorar a efetivação dos convênios institucionais sugeridos	NPP	24/04/2026	
Realizar veiculação específica do Grupo de Trabalho Aspectos Práticos de Pesquisa Patrimonial	DPP	06/03/2026	
Divulgar o Radar da Distribuição	DPP	24/04/2026	
Informar a situação da empresa “ Transfortesul”	DPP	27/02/2026	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.